

Controles Internos, Compliance e o Marco Legal Mexicano

Da Prevenção de Fraudes à
Sustentabilidade Financeira sob
a Lei Federal (LFPIORPI)



O Impacto Financeiro dos Controles Internos Rigorosos

Estudos acadêmicos no setor bancário confirmam que a conformidade com sistemas de controle interno (ICS) não é apenas burocracia, mas um impulsionador de desempenho financeiro.



Rentabilidade

Correlação positiva entre Compliance e Retorno sobre Ativos (**ROA**).



Sustentabilidade

Aumento direto no Retorno sobre Investimentos em Sustentabilidade (**ROSI**).



Eficiência

Monitoramento contínuo eleva a Receita por Empregado (**RPE**).

Controles internos bem estruturados resultam em eficiência operacional, relatórios confiáveis e conformidade legal, protegendo o crescimento de longo prazo.

— Fonte: The Role of Internal Control Systems in Ensuring Financial Performance Sustainability (MDPI)

O Fator Humano: Por que a Confiança não é um Controle

Toda saída de recursos deve ter aprovação dupla:
Gestor Operacional + Validação Financeira.

A confiança excessiva é um vetor de risco crítico.

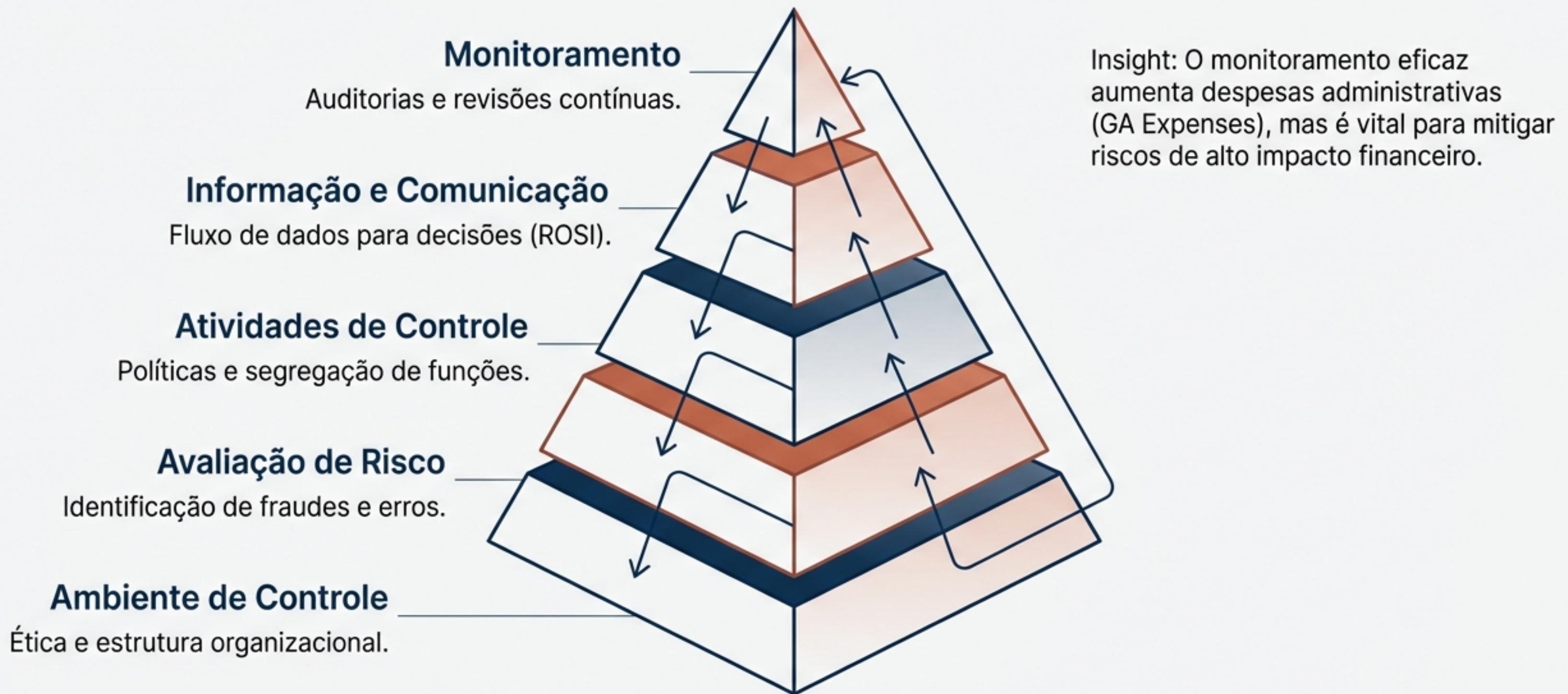


Estudo de Caso: O Golpe dos Boletos Pessoais



- **Cenário:** Funcionária de confiança no contas a pagar.
- **O Golpe:** Inserção de boletos residenciais pessoais em pilhas de contas corporativas.
- **A Falha:** Aprovação por “carimbo cego” sem rastreabilidade.
- **A Lição:** A familiaridade gera oportunidade para desvios sem verificação cruzada.

Estruturando a Defesa: A Metodologia COSO





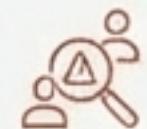
O Marco Legal Mexicano: LFPIORPI

Ley Federal para la Prevención e Identificación de Operaciones con Recursos de Procedencia Ilícita

Objetivo (Art. 2): Proteger o sistema financeiro e a economia nacional contra recursos de procedência ilícita.

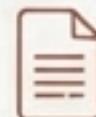
Atividades Vulneráveis

Setores econômicos sujeitos a fiscalização.



Avisos

Reportes obrigatórios à Secretaria (Hacienda).



Beneficiário Controlador

A pessoa física que detém o controle final.



Setores de Risco: O Que São “Atividades Vulneráveis”?



Jogos e Apostas



Cartões de Crédito/Serviços



Imobiliário



Veículos (Aéreos, Marítimos, Terrestres)



Joias e Relógios



Obras de Arte



Blindagem



Ativos Virtuais



Serviços Profissionais

Contexto: Estas atividades são legítimas, mas consideradas portas de entrada para a lavagem de dinheiro, exigindo monitoramento rigoroso.

Limites de Conformidade: Identificação vs. Aviso

Gatilhos baseados em UMA (Unidad de Medida y Actualización)

Atividade	Identificação do Cliente (Expediente)	Aviso à Secretaria (Reporte)
Desenvolvimento Imobiliário	Sempre	≥ 8.025 UMA
Veículos (Novos/Usados)	≥ 3.210 UMA	≥ 6.420 UMA
Joias, Relógios e Metais	≥ 805 UMA	≥ 1.605 UMA
Obras de Arte	≥ 2.410 UMA	≥ 4.815 UMA
Blindagem	≥ 2.410 UMA	≥ 4.815 UMA
Cartões de Crédito (Gasto Mensal)	≥ 805 UMA	≥ 1.285 UMA

Restrições ao Uso de Dinheiro em Espécie (Efectivo)



Limites de Proibição

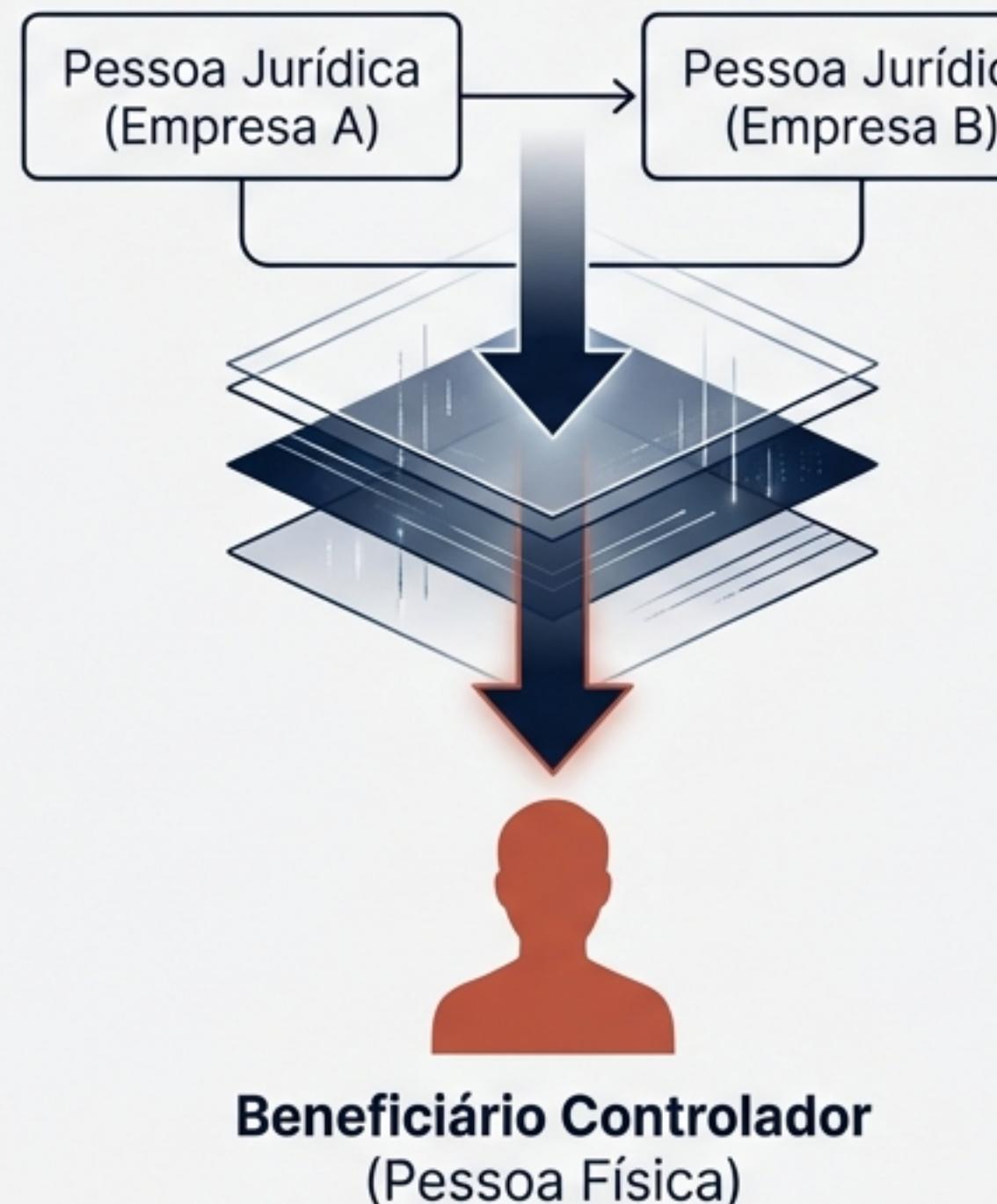
- Imóveis: **≥ 8.025 UMA**s
- Veículos (Carros, Barcos, Aviões):
≥ 3.210 UMAs
- Luxo (Jóias, Relógios, Arte): **≥ 3.210 UMA**s
- Jogos e Apostas: **≥ 3.210 UMA**s
- Ações/Partes Sociais: **≥ 3.210 UMA**s

Artigo 32: Proibição de liquidar ou pagar obrigações em moedas e notas acima destes limites.

Obrigações Mandatórias das Entidades

-  **Identificação do Cliente:** Verificar documentos oficiais e atividade profissional (Art. 18).
-  **Beneficiário Controlador:** Identificar a Pessoa Física dona efetiva da operação.
-  **Custódia de Documentos:** Manter registros por 10 anos (físico ou eletrônico).
-  **Manual de Políticas Internas:** Diretrizes para identificação de Pessoas Politicamente Expostas.
-  **Avisos de 24 Horas:** Reporte imediato de indícios de procedência ilícita.

Rastreando o Poder: O Beneficiário Controlador

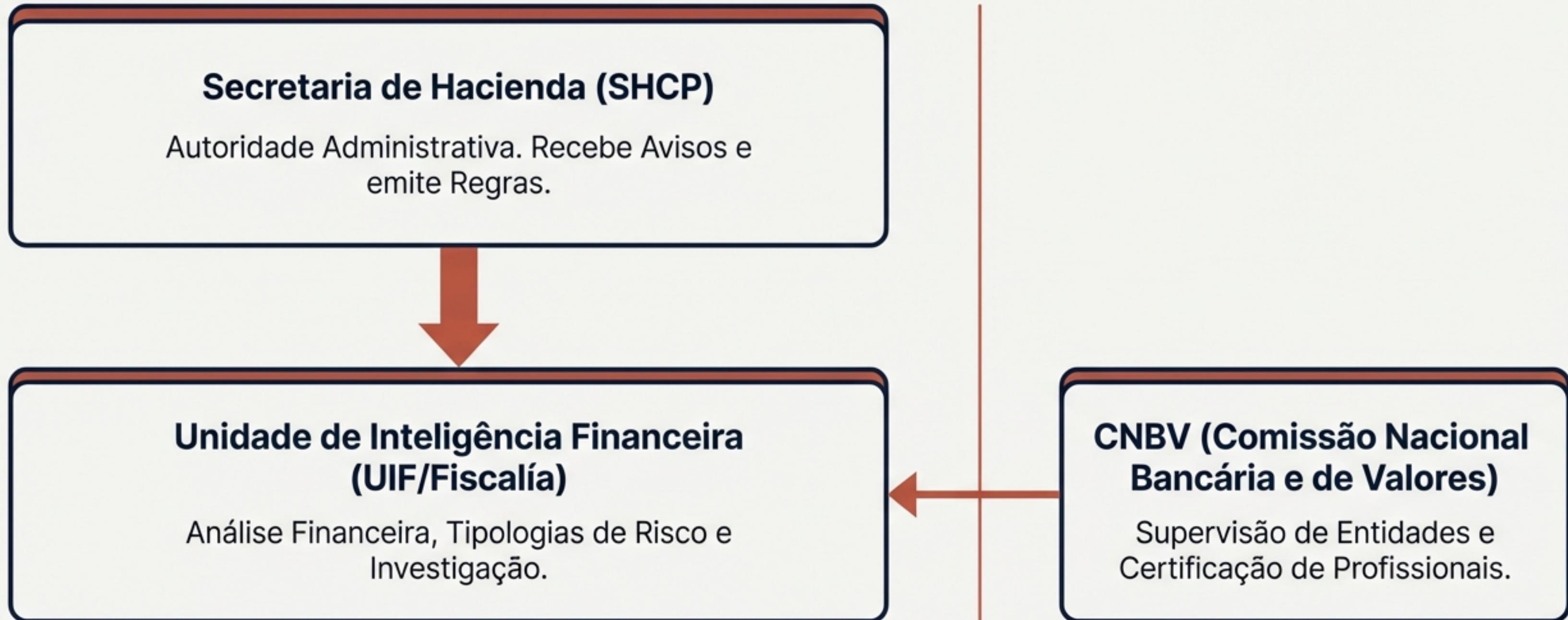


Controle Efetivo (Art. 3)

- Impor decisões em assembleias.
- Nomear/destituir a maioria dos administradores.
- Direitos de voto > 25% do capital social.
- Dirigir a estratégia principal.

Nota: Equiparável a Beneficiário Final ou Proprietário Real.

A Arquitetura de Fiscalização e Inteligência



Professionalização: A Certificação CNBV em PLD/FT



- **Objetivo:** Constatar conhecimentos técnicos (Padrões GAIFI/FATF) e fomentar confiança no setor.
- **Público-Alvo:** Oficiais de Compliance, Auditores Externos/Internos e Consultores.
- **Requisito:** Mandatório para profissionais que auditam ou gerenciam riscos em entidades supervisionadas.

O Processo de Certificação e Conteúdo Programático

Temas Críticos (Syllabus)

- Organismos Internacionais (GAFI, Egmont, Wolfsberg)
- Marco Legal Nacional (LFPIORPI)
- Enfoque Baseado em Risco (EBR)
- Tipologias de Lavagem de Dinheiro

Alerta de Processo

Prazo Crítico: O candidato tem apenas **DOIS DIAS ÚTEIS** para enviar a solicitação após iniciar o trâmite no portal. A **perda do prazo exige reinício do processo.**

O Retorno do Compliance: Mais que Obrigação Legal

9.10

**Retorno Médio sobre
Investimento em
Sustentabilidade (ROSI)**

- A pesquisa indica que para cada unidade investida em conformidade e sustentabilidade, o retorno é de 9.10. A transparência e a certificação atraem investidores e **melhoram a reputação**.

O cumprimento da LFPIORPI e a certificação CNBV são investimentos em viabilidade a longo prazo, não custos a fundo perdido.

Resumo Executivo e Próximos Passos



Controle Interno

Implementar segregação de funções e dupla checagem.



Marco Legal

Monitorar limites de UMA e restrições de numerário.



Capacitação

Investir na certificação CNBV para auditores.

"A integridade do sistema financeiro começa na robustez dos controles de cada organização."